



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



50

Discurso na cerimônia de encerramento da VI Convenção Nacional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

SÃO PAULO, SP, 21 DE SETEMBRO DE 1996

Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Benedito Onofre Bezerra Leonel; Senhor Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Cardoso; Senhores Comandantes Militares; Senhores Oficiais-Generais que aqui se encontram; Senhor Presidente da Adesg, Airton Young; Senhor Diretor-Presidente do Instituto Mackenzie, Professor Costa Silveira; Senhores Diplomados da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores;

Quero, em primeiro lugar, expressar a minha satisfação por presidir esta cerimônia de encerramento de uma convenção que foi marcada pelo engajamento com os destinos do País, conforme as conferências aqui feitas atestam e conforme, especialmente, as palavras com que o Professor Young, neste momento, ao me transmitir este contrato, também se expressou de maneira muito direta.

É muito importante que uma organização como esta se constitua, efetivamente, em mais um instrumento da sociedade civil, para que ela própria, essa Associação, possa – num debate franco, de mão dupla, em que todos participem e, como já foi expresso, as opiniões sejam

sempre expostas com sinceridade, sem preconceito, enfim – encontrar o ambiente para o debate que tenha por objetivo o bem do Brasil.

Esta proposta, Contrato com o Brasil, pelo que vi – e, antes de chegar aqui, li alguns trechos para me certificar das bases da proposta –, mostra que, efetivamente, no Brasil, nós estamos numa fase em que crescentemente existe uma tomada de consciência no sentido de que temos todos as condições para, uma vez determinados e livremente dispostos a trabalhar por objetivos comuns que beneficiem o povo deste país, avançarmos e chegarmos àquilo que todos queremos, que não é simplesmente uma afirmação de poder, é muito mais do que isso: é a afirmação de bem-estar, de felicidade, de convivência pacífica, dentro da democracia, permitindo que haja acesso compartilhado, por todos os brasileiros, dos benefícios inequívocos do progresso econômico, do progresso tecnológico. E que tudo isso se faça com o propósito muito firme de não excluir, mas de incluir. Esse é o grande desafio do próximo século.

Nós estamos marchando para uma sociedade mundial na qual existem potencialidades imensas, que, uma vez monopolizadas por certos setores da humanidade, podem ter como consequência o desvalimento de outros setores, a exclusão de outros setores, a marginalização de outros setores. E isso não seria um objetivo razoável a ser alcançado.

Nós, como brasileiros, queremos, sim, participar, de forma plena, dessas potencialidades. Que elas não impliquem privilégios crescentes e desvalimento crescente; ao contrário, que tudo isso que se apresenta, hoje, como magnífico futuro século XXI possa, efetivamente, significar transformação na vida cotidiana em benefício da maioria do povo e que, para os excluídos tanto em nível internacional – nações que são excluídas –, como em nível de cada nação, isso se transforme num movimento solidário, para que todos possam compartilhar dos avanços que estão ao nosso alcance.

Eu vejo este Contrato com o Brasil com esse espírito, com o espírito de permitir que se constitua uma sociedade cada vez mais livre e, ao mesmo tempo, cada vez mais capaz de atender, de maneira mais igualitária, aos interesses do País.

E isso implica uma base ética. Hoje, o grande desafio que temos já não é mais apenas o de saber se vamos ou não ser capazes, como nação e com o conjunto das nações do mundo, de um progresso continuado. Nós seremos capazes. Creio que nunca, na história da humanidade, houve tantas possibilidades, em termos de progresso tecnológico e de capacidade de gerar riqueza. Hoje a questão é de outra índole: é saber se seremos capazes, também, de gerar solidariedade; se seremos capazes, também, de ter um sentimento ético que nos impulsione não apenas a mais riquezas, senão a mais eqüidade na distribuição das riquezas e no compartilhar das riquezas que são fruto do nosso esforço, do esforço comum.

Creio que vi, nos documentos desse Contrato com o Brasil, esse impulso, a vontade de que exista um embasamento ético. E esse embasamento ético, no caso brasileiro, tem uma certa possibilidade, digamos assim, de plasticidade, porque nós somos uma cultura que aprendeu a conviver com diferenças; somos – e nos orgulhamos disso – talvez a maior democracia plurirracial do mundo; somos – e convém que se tenha consciência disso –, depois da Nigéria, o maior país negro do mundo, em termos de população negra.

Nós temos uma diversidade de contribuições étnicas invejável. Ainda ontem, o Governador Mário Covas me disse que, ao saudar o Presidente da Tchecoslováquia, que aqui estava, fez ver ao Presidente Havel que, em 1880, já se organizava, aqui em São Paulo, a comunidade dos tchecos – isso é extraordinário –, dos tchecos, dos lituanos, dos polacos, dos húngaros, dos italianos, dos espanhóis, dos alemães e por aí vai. Nós somos isso, somos a diversidade. Temos uma contribuição racial múltipla, uma contribuição cultural múltipla e aprendemos a conviver nessa multiplicidade. E só se consegue conviver na multiplicidade quando se é capaz, também, de definir um rumo, quando se colocam os eixos principais, ao redor dos quais essas diferenças podem se acomodar. Podem discutir, podem negociar os seus interesses e podem construir esse consenso, que nunca será um consenso por imposição; há de ser sempre um consenso construído, um consenso em que o elemento razão é fundamental, porque o consenso sem

o elemento razão é excitação das massas que leva ao fascismo, e não à democracia. E nós, aqui, queremos uma sociedade democrática.

Nós temos as condições para isso, porque vejo que, com essa diversidade tão grande, temos a base para que o sentimento de solidariedade e esse impulso ético se transformem em algo muito positivo e construtivo.

Isso implica, naturalmente, um aperfeiçoamento contínuo das instituições, o que já foi mencionado, também, pelo Professor Young. Sem esse aperfeiçoamento das instituições, não vamos ter a capacidade de processar as demandas de um país tão vasto e tão diferenciado. Isso implica que as reformas não sejam concebidas como ato específico de um governo, de um momento e de um congresso, senão como estado de espírito, porque, permanentemente, buscamos reformar para melhorar, reformar sem impor, tentando convencer, tratando de convencer, mas não cruzando os nossos braços diante das diferenças, das dificuldades, das impossibilidades, ou seja, tendo a coragem para, nos momentos necessários, assumir os riscos e mudar as coisas.

Quando se muda, os que estavam acostumados à ordem antiga não gostam. Sempre há uma certa incerteza, o que é normal. É preciso que se tenha muita confiança, portanto, num projeto; que se tenha muito valor posto na ação que se vai realizar, para que se possam enfrentar as dificuldades. Também devemos enfrentá-las sem a presunção de que só um lado, ou só o Presidente, ou só um partido, tenha razão. Essa razão abstrata não serve, num país que se quer, como já disse, plural e democrático. É preciso fazer as modificações, mas ouvindo os demais, ouvindo aqueles que são contra, eventualmente, uma ou outra modificação, para que possamos ver até que ponto, realmente, o que se propõe tem uma base que amanhã venha a ser consensual, embora hoje não o seja, ou é simplesmente uma imposição, por mais generosa que seja, por mais iluminada que venha a ser, que não terá força suficiente para durar, se não for capaz de, efetivamente, ouvir os vários ângulos da questão e de definir, como eu disse há pouco, um eixo que aglutine as decisões que se vão tomando.

Com esse espírito, creio que temos, sim – e aqui se mencionou também –, que avançar na modernização do Estado, do sistema fiscal, da Previdência, da administração pública, não recuando diante de quaisquer obstáculos menores, se o pensamento for grande, e adaptar mais e mais as instituições públicas ao interesse da Nação, adaptar mais e mais as organizações estatais aos serviços que elas devem prestar numa sociedade como a nossa.

E esses serviços, essas demandas mudam, assim como as possibilidades, as virtualidades que as organizações estatais têm para atender esses serviços. Esse é, talvez, o grande desafio das ciências humanas, que não são imutáveis, não são ciências da natureza, em que as leis se repetem para sempre. Em cada momento da história, há um conjunto de regras que têm valor e, no momento seguinte, já não têm mais valor. Quantas vezes as pessoas que não percebem isso, que é tão simples de formular, mas tão difícil de viver na prática, julgam o novo com o olhar do velho! Ao julgarem o novo com o olhar do velho, acham que está tudo errado, porque tudo é em detrimento daquilo que era bom, e se esquecem de que o que passou pode até ter tido razão de ser numa dada circunstância histórica e, no momento seguinte, perdeu essa razão. A vitalidade do pensamento e da ação política de um povo precisa ser capaz de redefinir, diante de cada situação, quais são os valores, quais são os instrumentos, quais são os mecanismos e de que modo as organizações estatais vão atender melhor às demandas da sociedade.

Estamos, portanto, nós todos, imbuídos desse mesmo pensamento de uma mudança, e de uma mudança que esteja embasada num valor de solidariedade e com o objetivo de tornar este país capaz de assegurar condições crescentemente positivas para todo o seu povo. O resto é um processo de ajustamento das diferentes instituições – que são históricas – a cada momento e de um debate contínuo para que possamos, efetivamente, alcançar o que se deseja. Claro que esse marco de instituições democráticas, de acordo com a Constituição e tendo em vista, sempre, o objetivo da justiça social, pela razão ética e pela razão da solidariedade, é fundamental.

Eu já disse muitas vezes, mas gosto de repetir: no mundo em que vivemos, em que o mercado passa a ser uma bússola para orientar decisões, não podemos confundir mercado com valores. O mercado não é um valor; o mercado é um instrumento. Valor é a democracia, a liberdade, o bem-estar humano, a felicidade dos povos, a eqüidade. Nós não podemos, por um lado, desprezar o instrumento fundamental de orientações em certas decisões nem, por outro lado, transformá-lo como se ele fosse um valor e esquecer que a justiça social prevalece como valor sobre o instrumental, que são as condições de alocação de recursos.

Ao dizer isso, não estou dizendo que nós possamos, de repente, criar, em nome de um ideal de eqüidade, condições materiais que permitam essa eqüidade. Não! Não é possível, é um processo lento, é uma transformação. E, nessa transformação, nesse processo, temos que ver quais são as condicionantes fundamentais, porque o mercado é um conjunto de regras que condicionam fundamentalmente, mas a bússola deve ser o valor, a busca de uma sociedade democrática e crescentemente mais justa.

É com esse pensamento que, hoje, no Brasil, estão passando por uma profunda transformação as nossas instituições econômicas. Não é porque nós queiramos transformá-las em bezerros de ouro e adorá-las, como se elas fossem capazes – essas instituições econômicas, como mercado – de sempre acertarem. É porque nós sabemos o valor do instrumental que está à nossa disposição. E temos conseguido usá-lo.

Era inviável pensar em eqüidade numa sociedade que estava corroída pela inflação, que não permitia qualquer decisão longinamente racional, porque não se tinha a medida do valor. Essa foi a razão pela qual, desde o Governo do Presidente Itamar Franco, quando assumi o Ministério da Fazenda, a primeira preocupação foi devolver à sociedade o sentido do valor da moeda pela comparação. A URV não foi mais do que isso: um aprendizado coletivo, que haveria que ter um ponto de referência estável, para que pudéssemos tomar pé numa situação em que parecia que todos estávamos engolfados pelas ondas da inflação.

A inflação, dir-se-á, é algo tão persistente que nunca se pode cantar vitória sobre ela. É verdade. Mas é verdade, também, que já se vão mais de dois anos que nós conseguimos tê-la sob controle, tendo atingido, nos últimos meses, realmente, uma situação de muito controle, não havendo pressão inflacionária que nos assuste.

Isso foi necessário, como condição para que se pudesse ter o passo seguinte, que, aliás, veio junto: o de permitir uma situação de maior acesso aos bens de consumo para a maioria da população. Não faltou quem tivesse dúvidas. Não faltou quem – e aí eu entendo, do ponto de vista da política menor – acusasse o Governo e o Presidente disso e daquilo, “porque estariam tomando medidas que não eram favoráveis ao povo”. Os dados mostraram, depois, que não era assim. Nunca houve uma distribuição de renda tão vigorosa quanto a distribuição de renda que foi propiciada pela estabilização e pelo Plano Real, que, realmente, tomou sempre como preocupação evitar que houvesse uma situação na qual os excluídos se excluíssem mais ainda. Pelo contrário, houve um aumento do consumo em vários itens, e, basicamente, do consumo popular.

Para assegurar, entretanto, a continuidade desse espírito, desse estado de coisas, não basta controlar a inflação; não basta fazer com que o salário tenha, pelo menos, uma capacidade estável de compra; não basta, sequer, assegurar certos aumentos reais – e devo dizer que, pela primeira vez, depois de décadas, houve uma pequena modificação nos índices de concentração de renda do Brasil: os mais ricos ficaram um pouquinho mais ricos menos depressa, e os mais pobres também ficaram menos pobres do que estavam antes. Isso me apraz enormemente, porque coroa o que eu sempre disse: “Nós queremos combater a inflação e ter uma política econômica que reposha o Brasil em condições, mas que o preço dessa estabilização não seja pago pelo povo.” E não foi pago pelo povo.

Talvez, depois da tentativa do Cruzado, que não funcionou depois de alguns meses, mas tinha o mesmo impulso, esse tenha sido o primeiro processo de estabilização sem que houvesse perda da capacidade aquisitiva da população, sobretudo da população mais pobre.

Mas isso não basta, porque, para dar continuidade a isso, nós precisamos de crescimento econômico, e crescimento econômico só se tem quando existem poupança e investimento. A nossa batalha atual é a batalha pelo investimento, e investimento só se obtém com poupança.

À poupança externa se acrescenta a interna, mas o grosso do investimento há de ser feito aqui, internamente. A poupança externa é um sinal de confiança, é um sinal positivo, no sentido de que nos dá mais liberdade quanto às nossas reservas. Nunca houve tanto investimento externo na história do Brasil. Até este momento do ano, estamos nos aproximando de 6 bilhões de dólares. É provável que, até o fim do ano, fiquemos entre 7 e 8 bilhões de dólares, e as expectativas para o ano que vem ultrapassam os 12 bilhões de dólares. Em dois anos, serão 20 bilhões de dólares. Isso nem se compara com o investimento de 1 bilhão de dólares em 1994, que já foi um ano de retomada de investimento. Nem na década de 1970 houve tanto investimento como está havendo agora.

Por que digo que isso é um bom sinal? Porque não haverá investimento externo se já não houver também uma base interna. Essa base interna existe, e o investimento interno está crescendo. É isto que assegura um horizonte de maior prosperidade para o País: estabilização e investimento. Não faltou também quem, na falta de outros motivos para crítica, dissesse: "Ah! mas virá a recessão." Não houve recessão, não vai haver recessão, porque, quando há taxa de investimento, há o oposto da recessão, há a expansão da economia.

Freamos em mais de um momento, tivemos a coragem de frear, porque não queríamos que a pressa para que houvesse investimentos atropelasse o controle da inflação e que, outra vez, se devolvesse a pobreza aos pobres. Não. Nós freamos. Reclamaram, disseram que o Governo não tinha a compreensão do momento, que as taxas de juros... Pois bem, estão baixando as taxas de juros, e vão baixar, porque se tem projeto. Não se toma uma decisão pura e simplesmente porque alguém gritou. Toma-se uma decisão quando se está convencido de que ela é correta, mesmo que ninguém haja gritado. E, quando o grito for em razão de algum interesse contrariado, deixe

que se perca – nós estamos lá no Planalto –, que se perca no horizonte do Planalto, que não fará mal nenhum. Entretanto, desde que o grito corresponda a uma necessidade essencial, aí, sim, alteram-se as normas e muda-se a política.

Estamos, hoje, criando condições para um investimento sadio, que implica, naturalmente, aumentar a base tecnológica deste país, e não se vai aumentar essa base tecnológica se não houver um forte investimento em educação. Nós mudamos as regras de investimento na educação. Ainda recentemente, assinei os decretos pertinentes para que, pela primeira vez, fosse possível, efetivamente, aumentar o salário do professor primário das zonas mais pobres do Brasil, o Norte e o Nordeste. Vou aumentar também aqui em São Paulo, porque mudamos a técnica pela qual se distribuem os recursos da educação, valorizando o ensino primário, o ensino elementar, que é a base sem a qual não há nem cidadania, nem progresso, nem desenvolvimento consistente.

Não foi fácil. São meses de trabalho e, às vezes, até de incompreensão. Os próprios beneficiários, muitas vezes, como estão viciados por uma visão corporativa, imaginam que as consequências do que se está fazendo possam ser negativas. Depois vêm que não, que nós mudamos, e, hoje, já existe um programa de desenvolvimento dessa área bastante consolidado.

Vamos também dar autonomia com responsabilidade – como digo sempre – às universidades, de tal maneira que elas possam dispor, a seu talante, dos recursos que lhes tenham sido destinados. Mas esses recursos têm limitação, porque o País tem que distribuir os excessos recursos entre vários setores do Governo. E assim será feito.

No plano da ciência e tecnologia, apraz-me dizer que temos um programa de incentivo fiscal pelo qual, para cada unidade de incentivo pelo Erário, as empresas coloquem três unidades. E nós já estamos nos aproximando de 1 a 2 bilhões de reais investidos para o desenvolvimento tecnológico. Só em bolsas, entre o CNPq e a Capes, que são os dois órgãos que dão bolsas, o Brasil está gastando 1 bilhão de reais por ano. Um bilhão! Isso é dinheiro em qualquer lugar do mundo. É preciso que sejam bem aproveitados esses recursos, que sejam, efetivamente,

controlados: "Bolsa para quê? Dá para fazer lá fora? Ou tem que ser aqui mesmo? É necessário mandar para fora ou faz-se aqui?"

Enfim, os recursos não são infinitos. Esses recursos vêm do povo e têm que ser distribuídos com muito critério. Talvez começemos a vislumbrar um momento em que a questão central já não seja mais, daqui a alguns anos, a escassez de recursos, mas venha a ser a questão das prioridades e da gestão dos recursos. Antes nós não podíamos nem pensar nisso, era só desilusão, porque a inflação corroía tudo e havia escassez de recursos.

Se continuarmos na meta que estamos programando para o ano que vem e para os próximos anos, vamos mudar essa situação. Vamos ter condições de, em vez de brigar pelo montante do recurso, começar a verificar – "Mas usou bem ou usou mal?" –, a avaliar os programas e a verificar qual foi o efeito deles. Isso é uma mudança qualitativa e é isso que significa, realmente, a passagem para o primeiro mundo. Não é só mais dinheiro, é a capacidade de usá-lo bem, tendo em vista que esse dinheiro significará, portanto, zero de corrupção e muita competência na gestão e destinação dos recursos.

Problemas? Teremos. É imprevisível saber quais serão os problemas. Claro, aqueles que costumo chamar de catastrofistas vão estar sempre dizendo: "Meu Deus, vai baixar a taxa de juros! Mas, se baixar a taxa de juros, não virá mais capital de fora e, se não vier capital de fora, as reservas diminuem." Antes, diziam o contrário: "As reservas estão muito altas; elas custam muito caro; é melhor baixar as taxas de juros." Quando se começa a baixar a taxa de juros, inverte-se o argumento. Isso é a mesma coisa da caravana: deixa, vamos passar, vamos em frente.

Sabemos o que estamos fazendo. A natureza das nossas reservas está mudando, a qualidade delas está mudando. Dispomos, hoje, de quase 60 bilhões de dólares em reserva. Esses 60 bilhões, entretanto, são crescentemente formados por capital de investimento direto, ou seja, dinheiro que vem aqui para ficar, ou, então, de empréstimo de longo prazo, e não de capitais voláteis, aos quais pusemos barreiras fortes. Por isso, hoje, alguns deles vão embora, e não nos fazem falta,

porque já estamos embasados numa massa de recursos de mais longo prazo, que nos tranqüiliza, frente a eventuais dificuldades que possam ocorrer não no Brasil, mas no plano internacional.

Custou, mas nós reorganizamos o financiamento da produção agrícola. E já passamos da fase – na agricultura também – de, pura e simplesmente, pensar em recursos para a de pensar na qualidade. Criamos, pela primeira vez, o Pronaf, o Programa Nacional de Assistência à Agricultura Familiar: 1 bilhão de reais para esse programa, para o pequeno proprietário, porque, quando desassistido, ele é que vai criar os sem-terra, e os sem-terra, depois, terão imensa dificuldade em voltar a ter terras, pelas razões conhecidas. Criamos o Pronaf. Leva tempo para que esse Pronaf possa vingar. No começo, serão beneficiados – sei lá – 80 mil ou 100 mil pequenos produtores familiares. Mas vamos avançar.

Separamos o financiamento dessa agricultura do da grande agricultura. Estamos retirando progressivamente do Banco do Brasil a responsabilidade por financiar a grande agricultura. Criamos, para isso, a cédula pignoratícia do produtor rural. Eu era ainda Ministro da Fazenda quando criamos essa cédula. Levou dois ou três anos para que tivesse resultados. Hoje tem. Hoje já são uns 2 bilhões de dólares que se financiam pela – bom, são tecnicidades que não vêm ao caso – 63, chamada caipira – não posso falar essa palavra –, que permitem, já, aliviar a pressão direta sobre o Banco do Brasil, sobretudo pelo Tesouro.

Enfim, também na agricultura hoje começamos a vislumbrar um programa que não é somente dar dinheiro: é o zoneamento rural, o apoio ao pessoal do campo, e na área mais sensível da reforma agrária. Sabe o General Cardoso, que tem acompanhado esse processo de perto, o esforço imenso que o Governo está fazendo, porque o Governo considera como questão de justiça e de eqüidade dar acesso à terra àqueles que dela necessitam, desde que seja dentro da lei e ordenadamente. Estamos fazendo isso com uma velocidade compatível com os nossos recursos, mas é três vezes a média histórica do que se fez no Brasil. E vamos continuar nessa direção.

Enfim, creio que temos muitas razões, do ponto de vista econômico, para confiar também que esse mesmo espírito de negociação, de tolerância, de permanente busca de transformação, de reforma consciente resulte numa transformação econômica muito sólida, muito sensível, sempre marcada, como disse aqui, na democracia.

Também quero lhes dar uma palavra sobre uma questão que talvez tenha sido discutida aqui, que é a questão – e eu vi que existe no Contrato Brasil – relativa ao patrimônio brasileiro. Temos um empenho muito grande em definir uma política de defesa e criamos uma Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Numa democracia, a política de defesa não é uma questão dos militares, é uma questão da sociedade, é uma questão do Governo. Claro que os militares dela participam ativamente. Mas a política militar é diferente da política de defesa. A política de defesa subordina as definições do País àquilo que ele deseja no campo internacional, quais os requisitos de segurança necessários para esse país, quais são as capacidades militares necessárias para que esse país possa ter presença internacional, dentro daquilo que a Constituição define, porque temos uma Constituição que define que somos um país pacífico, mas temos que ter uma política de defesa para garantir a paz.

Tive a honra de presidir essa Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presido muito raramente essas câmaras, mas essa eu presidi e tivemos uma discussão muito viva sobre esse tema da defesa. Nela ficou bastante claro que, hoje, temos já uma convergência de pontos de vista que vai permitir que essa política de defesa seja, realmente, sustentada pelo Congresso e pela sociedade e executada pelo Ministério das Relações Exteriores e pelas Forças Armadas, no seu conjunto.

Creio que é algo novo, no Brasil, o fato de estarmos discutindo a política de defesa dentro desse espírito, que também é um espírito de agregação, de compreensão, um espírito democrático, que coloca a defesa como uma questão central do País, num espírito apropriado, dentro dos moldes da Constituição, dando os recursos necessários – quando disponibilidades houver, mas sempre as há –,

distribuindo esses recursos e tomando decisões que não sejam, simplesmente, porque houve uma pressão aqui ou uma pressão ali, porque fulano gosta ou porque beltrano não gosta. Não. Vamos tomar as decisões de acordo com um espírito organizado, que o Brasil tem uma política de defesa, e essa câmara constituiu-se para que possamos, realmente, ter uma visão estratégica de quais são os nossos objetivos e para que nós possamos afinar a nossa presença no mundo a partir da visão de quais são os nossos interesses nacionais, brasileiros, e de como vamos encaminhá-los.

Eu me permitiria – e me desculpo por ter falado, talvez, demasia-
do – agregar, ainda, uma outra dimensão, para que se veja bem qual
é a visão que o Governo tem, nessa matéria da presença do Brasil no
plano internacional, que já foi referida aqui.

Nós redefinimos – e “nós” não é o Governo atual, é um proce-
so – o nosso relacionamento com os nossos vizinhos da América do
Sul. Hoje, a nossa política externa está, toda ela, embasada a partir
da idéia de que o Mercosul é fundamental e as relações entre o
Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai são de fraternidade e de
mútuo interesse e, portanto, também, de mútuo respeito. Nós esta-
mos, hoje, todos convencidos de que o Mercosul é um instrumento
fundamental para o acrescentamento das nossas respectivas socie-
dades nacionais, em termos do seu bem-estar. E os dados são claros
nessa matéria. Eu era Chanceler quando essa decisão foi tomada.
Há uma visão política por trás: a de que tínhamos que, ao invés de
nos armar, com relação aos nossos vizinhos, integrarmo-nos numa
mesma estrutura produtiva.

Com essa mesma concepção, acabamos de tornar realidade um
anseio de mais de 25 anos, que é o gasoduto que ligará a Bolívia ao
Brasil – vem de Mato Grosso, passa por São Paulo e vai até o Rio
Grande do Sul –, porque vamos viabilizar, também, na matriz ener-
gética, a presença do gás para substituir o diesel. Isso tem vantagens
financeiras e vantagens ambientais e faz com que o Brasil e a Bolívia,
hoje, tenham uma relação de mútuo interesse. Do ponto de vista da
Bolívia, uma vez terminado esse gasoduto, vai se multiplicar por

dois ou três o valor do comércio exterior da Bolívia. Esse dado, só, mostra a importância desse problema.

Hoje, já somos o parceiro comercial número um da Argentina. Nós estamos avançando em negociações com a Venezuela, não só para o fornecimento de petróleo, mas também, eventualmente, para o fornecimento de energia hidrelétrica, na Bacia do Guri. Há problemas de preços, mas estamos discutindo, e veremos se há uma solução possível para isso.

Nós já temos, como todos sabemos, a relação com o Paraguai, por Itaipu. Estamos fazendo a conversão da energia que vem da Argentina para que possamos utilizá-la também. Ou seja, a nossa integração, hoje, além de física, é uma integração de mercado e está embasada numa relação de solidariedade de toda essa região sul do continente.

Recentemente, o Chile, através de um acordo de livre comércio, aderiu ao Mercosul, como bloco. Eu me recordo da primeira vez que toquei no assunto com o, hoje, Presidente Frei. Ele era candidato à Presidência do Chile e, no Governo do Presidente Aylwin, era Ministro da Fazenda um fraternal amigo meu, que tinha o maior empenho, naquela altura, por uma relação direta com o Nafta. Pois bem, hoje o Chile faz parte desse horizonte do Mercosul. Nós estamos negociando com a Venezuela acordo semelhante, de tal maneira que estamos organizando o espaço da América do Sul, sem nenhuma pretensão hegemônica, mas tratando de ter relações que sejam mutuamente benéficas, independentemente do tamanho do país, da sua população e de sua capacidade econômica, dando, talvez, até nesse aspecto, um exemplo ao mundo de uma convivência pacífica, ordenada, que permite uma política externa bastante balanceada.

Isso assegura a nossa paz nesta região do mundo. Nós somos uma região, hoje, que tem muita tranquilidade. Somos uma região não-atômica, onde existe um pequeno conflito de fronteira entre o Equador e o Peru, que hoje estamos tratando de resolver. E o Brasil tem um papel ativo, por meio do General Leonel, para garantir que não existam nem mesmo esses pequenos atritos de fronteira.

Eu lhes digo isso pelo seguinte: toda essa visão que está sendo elaborada pelo Governo, pelo Brasil, parte do princípio de que, no próximo século, as zonas que forem capazes de constituir um mercado como instrumento, de ter uma base científica e tecnológica de ensino primário adequado e universidades competentes, de garantir a paz e de atrair investimentos é que vão definir os grandes atores do próximo século. E nós, no Mercosul e na América do Sul, de modo geral, e, eventualmente, mais tarde, negociando a integração hemisférica, mas em bases mais sólidas, do nosso ponto de vista, juntamente com os países da Europa, com os Estados Unidos, o Canadá e o México, hemisphericamente integrados ou não, e com certas faixas da Ásia, seremos os atores do próximo século.

É por isso que estamos reorganizando nosso espaço da maneira como o fazemos. É por isso que estamos discutindo, de maneira organizada, a questão da defesa, com a compreensão do nosso papel, modesto, construtivo, visando à paz, mas papel que terá o seu destino, no próximo século, como um papel construtivo, um papel ativo, e não, pura e simplesmente, como o de espectadores da grande cena mundial.

É por isso que vêm, crescentemente, chefes de Estado ao Brasil e é por isso que o Presidente da República do Brasil freqüentemente vai ao exterior, porque ele tem consciência de que o bem-estar desse povo depende da maneira pela qual nós nos definimos, hoje, para a integração no próximo século e definimos os nossos interesses – de maneira muito ativa, negociando com o espírito aberto e trazendo-os para que vejam, aqui, a civilização democrática e progressista que estamos constituindo no Brasil; para que vejam que poderemos ser – e seremos – parceiros corretos e parceiros importantes.

O Presidente da Alemanha, o Senhor Helmut Kohl, disse isso, com todas as letras, no último jantar em que esteve, no Itamaraty, na semana passada. A Alemanha teve, em outro patamar, um papel parecido com o nosso ao ajudar a França, ao reorganizar a Europa, a União Européia.

Essa, Senhores e Senhoras, é a visão panorâmica que posso lhes dar, nesta manhã em que quero, mais uma vez, me congratular pelo fato de

terem estado aqui reunidos e também de terem esse espírito de uma discussão ampla, fraterna, aberta, democrática com o Brasil, porque nós precisamos que, crescentemente, os brasileiros percebam as mudanças que estão ocorrendo, o sentido delas; e percebam que, sem isso, sem que exista uma consciência disso, sem que exista uma vontade firme, como está expresso aqui, de nós nos juntarmos convergentemente, a despeito de diferenças, para chegarmos a esses objetivos que possam vir a ser consensualmente construídos dentro da liberdade, que implica, como já disse, a diversidade, nós não vamos poder desempenhar o papel para cujo desempenho nós temos tudo. E não porque queiramos ter um país brilhando no mundo, mas porque queremos ter um povo, aqui, sem fome, com educação, com acesso aos bens do mercado, com democracia, e que essas coisas não sejam feitas somente como *slogan* eleitoral, mas que sejam feitas através de um espírito construtivo, de uma luta quotidiana de todos os brasileiros.

Muito obrigado aos senhores.